

PROCESSO - A.I. Nº 156896.0008/01-9
RECORRENTE - PEDRONE MADEIREIRA LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0113-03/03
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ (INFAZ BROTAS)
INTERNET - 18/07/03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0375-11/03

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. MERCADORIAS AINDA EXISTENTES FISICAMENTE EM ESTOQUE. Constatando-se, em exercício aberto, diferenças tanto de entradas como de saídas, através de levantamento quantitativo, estando as mercadorias ainda fisicamente em estoque, é devido o pagamento do imposto pelo sujeito passivo, na condição de responsável solidário, por ser detentor de mercadorias recebidas de terceiros desacompanhas de documentação fiscal (diferença de entradas), bem como do imposto de sua responsabilidade direta, relativo à omissão de saídas. Negado pedido de diligência. Efetuadas correções no cálculo do imposto devido. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de um Recurso Voluntário interposto após Decisão que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração lavrado para reclamar as seguintes irregularidades:

1 – “Falta de recolhimento do imposto pela constatação da existência de mercadoria em estoque desacompanhada da respectiva documentação fiscal, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, com valores apurados mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício aberto”;

2 – “Falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício aberto”.

O Auto de Infração foi julgado Procedente em Parte, de acordo com a transcrição abaixo de parte dos fundamentos apresentados pelo ilustre Relator da 3ª JJF:

“.....

O autuado apresentou impugnação apontando equívocos, que julga o autuante ter cometido durante o levantamento efetuado, em relação a alguns documentos fiscais, além de questionar, o estoque inicial apurado na ação fiscal para o produto “compensado 6mm”.

Da análise dos elementos constitutivos do PAF, concordo com o autuante, quando acatou as alegações defensivas no que diz respeito às Notas Fiscais nºs 0346 e 2900.

Quanto às Notas Fiscais n^{os} 002381 e 009009 também concordo com o autuante quando não aceitou a argumentação do autuado, haja vista que os referidos documentos descrevem mercadorias distintas daquelas que foram objeto do levantamento.

Em relação ao questionamento do sujeito passivo sobre o estoque inicial apurado na ação fiscal para o produto “compensado 6mm”, entendo que razão não assiste ao autuado, já que tratando-se de levantamento quantitativo em exercício aberto, foi efetuada a contagem física das mercadorias existentes no estabelecimento no dia 10/05/01, conforme documento à fl. 9, devidamente assinado pelo contribuinte, onde foi constatado que não havia estoque do produto em exame.

Todavia, constato através do “Histórico de Condição” do contribuinte à fl. 92, que o mesmo estava enquadrado como empresa de pequeno porte até o dia 01/04/01, portanto em quase todo o período examinado na ação fiscal.

Nestas condições, o CONSEF vem mantendo o entendimento de que deve ser atribuído ao autuado o crédito de 8% sobre o valor das saídas computadas na apuração do débito do imposto, de acordo com o art. 19, § 1º, da Lei nº 7.357/98, que abaixo transcrevo:

Art. 19. Quando se constatar quaisquer das situações previstas nos arts. 15, 16, 17 e 18 desta Lei, o imposto será exigido com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais, a partir da ocorrência dos fatos.

§1º Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, para o cálculo do imposto a recolher, deverá ser utilizado o crédito de 8% sobre o valor das saídas computadas na apuração do débito do imposto, em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais.

.....

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, ficando o valor da exigência reduzida para R\$ 6.324,89”.

Inconformado o autuado apresenta Recurso Voluntário onde alega que houve um equívoco no levantamento quanto à concepção dos termos compensados e madeirite, haja vista tratar-se da mesma mercadoria que fora tratada de forma diferenciada.

Afirma que, quando se refere a madeirite plastificado, significa o mesmo que compensado plastificado enquanto o madeirite resinado é o mesmo que compensado resinado, motivo pelo qual deverá ser retificado o levantamento através de uma diligência, pois as Notas Fiscais n^{os} 2381 e 9009 não foram consideradas.

Diz ter elaborado um demonstrativo com base nos mesmos dados e valores do Auto de Infração que reconhece como devidos e requer a homologação do pagamento.

Em Parecer, a representante da PGE/PROFIS opina pelo não provimento do Recurso Voluntário, pois considera que as alegações do recorrente não procedem, haja vista tratar-se de um levantamento quantitativo em exercício aberto, o contribuinte acompanhou o procedimento e concordou com o resultado, não havendo necessidade de realização de diligência.

VOTO

Inicialmente rejeito o pedido de diligência solicitada, por entender que os elementos constantes do presente PAF são suficientes para a formação do meu juízo de valor, de acordo com a previsão do art. 147, I, “a” e § 1º, do RPAF/99.

Neste Recurso Voluntário, o recorrente tenta reverter o julgamento realizado pela douta 3ª JJE, afirmando ter ocorrido um equívoco no levantamento quantitativo realizado, quanto à concepção

dos termos compensados e madeirite, haja vista serem a mesma mercadoria que fora tratada de forma diferenciada, o que gerou as distorções no trabalho da autuante.

Ao analisar as peças constantes no PAF, tais como o relatório das mercadorias selecionadas para a auditoria de estoque, algumas notas fiscais que foram anexas e a cópia de parte do Livro de Registro de Inventário, verifiquei que, nestes documentos existe a descrição de ambos os produtos, compensados e madeirite, o que nos leva a crer que não se trata de um único produto, como pretende convencer o recorrente, mas, dois produtos distintos, como de fato o são.

Pelo exposto, concordo com o Parecer exarado pela representante da PGE/PROFIS e NEGO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário, devendo ser mantido na íntegra o Acórdão recorrido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **156896.0008/01-9**, lavrado contra **PEDRONE MADEIREIRA LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$6.324,89**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de julho de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

VERBENA MATOS DE ARAÚJO - RELATORA

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR.DA PROFUZ